

O novo velho trabalhador da construção civil

*Tijolo com tijolo num desenho mágico,
Seus olhos embotados de cimento e lágrima*

“Construção” (1971) – Chico Buarque

Marcelo Neri

A volta da prosperidade no setor da construção civil depois de décadas de estagnação é fruto da emergência da nova classe média brasileira na presença de um alto déficit habitacional. Eventos internacionais como a Copa do Mundo e a Olimpíada, programas governamentais como o Minha Casa, Minha Vida e as obras de infraestrutura do PAC têm aumentado a demanda no setor que enfrenta restrições do lado da oferta. Em particular, os diversos atores que atuam na construção civil têm apontado como grande obstáculo para sua expansão a disponibilidade da oferta de mão de obra na quantidade e na qualidade desejadas.

A falta de mão de obra se deve à baixa escolarização do brasileiro? Ou o jovem tem escolhido ocupações menos braçais e mais qualificadas que as da construção? A resposta importa, pois o aumento vegeta-

tivo de escolaridade vai implicar maior ou menor oferta de pessoas para a construção.

Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a construção civil representa 7,8% dos ocupados no Brasil, abrigando 6,8 milhões de trabalhadores em 2009 — em 1996, o setor ocupava 4,3 milhões de pessoas. Traçamos uma radiografia do novo trabalhador da construção civil e como tem evoluído a escassez de mão de obra no setor a partir de pesquisa conjunta com o Instituto Votorantim (www.fgv.br/cps/construcao).

Perfil

A construção civil é um setor que ocupa predominantemente chefes de família (62,5% contra 48,1% do total), os principais provedores de renda dos domicílios. As famílias

desses trabalhadores subiram de vida nos últimos anos. Em 1996, 51,28% estavam nas classes D ou E (isto é, com renda familiar inferior a R\$ 1.100 mensais), chegando a 36,2% em 2009. Esse movimento de ascensão das famílias da construção só se deu a partir de 2003, quando a parcela nas classes D e E era de 56%.

A construção não acompanhou o aumento de participação feminina no mercado de trabalho dos últimos anos. Em 2009, 97,2% dos trabalhadores eram homens, contra 56,5% do total de ocupados. Ao passo que em 1996, essas estatísticas eram 97,6% e 60,7%, respectivamente.

Nativos correspondem a apenas 47,5% dos ocupados na construção civil, mas a presença de imigrantes tem caído ao longo do tempo. A profusão de políticas de transferência de

renda no Brasil, em especial no Nordeste, tradicional celeiro de trabalhadores da construção que migravam ao Sudeste, explica parte dessa reversão. Essas políticas também podem reduzir a oferta de trabalhadores pouco qualificados, aumentando o salário de reserva que eles requerem para participar do mercado. O crescimento mais acelerado da economia nordestina e da nortista também tem implicado mudança da composição geográfica dos trabalhadores da construção civil. Em 1996, essas regiões representavam 27% dos ocupados no setor, passando, em 2009, para 32%. A metrópole com maior participação de seus ocupados na construção civil é Salvador, com 10,2%, sendo Brasília a com menor participação (7,13%).

A construção civil não tem acompanhado o aumento salarial observado na economia brasileira. A proporção de empregados públicos e privados, formais ou informais, se manteve constante em 52,4% entre 1996 e 2009, enquanto no conjunto de ocupados a mesma sobe de 48,9% para 55,8% em igual período. Hoje, a taxa de assalariamento na construção é inferior à dos demais setores. A construção continua sendo o setor de nanoempresários incluindo por conta própria e empregadores onde há carência crônica de políticas públicas de apoio e fomento.

Há um movimento de formalização na construção civil. Em 1996, apenas 32,7% de seus trabalhadores contribuíam para a Previdência, passando para 37,4%, em 2009. Se tomarmos como referência inicial 2003, quando a taxa de contribuição previdenciária oficial era 28,7%, o movimento de alta é ainda mais expressivo. No total de ocupados há um aumento gradativo de 46,2%, em 1996, para 48,1%, em 2003, chegando a 55,8%, em 2009. Um marco importante foi a adoção da suspensão temporária do contrato de trabalho instituída em 1998, quando as taxas de contribuição no setor eram de 27,8%. A construção é um setor de alta rotatividade de mão de obra, em função da intermitência das obras que caracterizam o setor — 30% das pessoas na construção estão empregadas há menos de um ano contra 23,6% do conjunto de ocupados. Segundo estudo da FGV Projetos para o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, beneficiou também o processo de formalização.

Renda

A renda média auferida por aqueles que trabalham na construção é 14,7% menor que a do conjunto de ocupados (R\$ 933 contra R\$ 1.094 do total). Há escassez de mão de obra? O que explica essa diferença de renda?



A ascensão das famílias da construção foi a partir de 2003, quando a parcela nas classes D e E era de 56%, caindo para 36% em 2009

Em primeiro lugar, e mais importante, destacamos os fatores ligados ao nível de escolaridade de dois anos a menos para os trabalhadores da construção (média de anos de 6,3 contra 8,4 dos ocupados). Historicamente a educação avança um ano por década, logo os trabalhadores da construção estariam hoje duas décadas atrás do total de ocupados.

Há, entretanto, diversos fatores associados à capacidade de cada ocupado transformar sua educação em renda trabalhista. Em primeiro lugar, o salário-hora por anos de estudos na



Como o setor não emprega mulheres e jovens, os segmentos mais escolarizados da população, a tendência é de acirramento do apagão de mão de obra qualificada

construção civil é R\$ 3,3 contra R\$ 3,14. Ou seja, o prêmio por nível educacional favorece o setor da construção. Em segundo lugar, a jornada de trabalho é maior na construção: 43,9 horas semanais contra 41 horas do total dos demais ocupados.

Uma vantagem dessa metodologia é a possibilidade de explicar não só o nível de rendimentos individuais, mas a sua transformação ao longo do tempo. Apresentamos explicação para a mudança observada entre os anos de 2003 e 2009.

Os rendimentos individuais têm crescido na construção mais do que no total dos ocupados (3,2% contra 2,58% ao ano). Uma vez que a jornada caiu mais na construção (-0,49% contra 0,34% ao ano) assim como o papel de outras fontes de renda não trabalhistas (-0,19% contra -0,12% ao ano). Os fatores positivos foram o aumento do nível educacional (2,47% contra 2,31% ao ano) e principalmente a produtividade medida pelo salário-hora por ano de estudo completo (1,38% contra 0,38% ao ano). Incidentalmente essa é uma boa medida de escassez relativa de trabalhadores no segmento.

Realizamos um exercício adicional de isolar a partir de equações de salário os efeitos de diversos fatores *vis-à-vis* os ocupados em geral na economia durante o período 1996, 2003 e 2009. Comparando pessoas com as mesmas características observáveis na construção civil, tomando o período como um todo, os salários são 4,4% maiores que os dos demais setores de atividade. Segundo a teoria dos diferenciais compensatórios de salário, esse prêmio pode ser devido às piores condições de trabalho do setor, tais como insalubridade devido ao trabalho braçal, maior rotatividade, maior jornada de trabalho etc. Os salários controlados no mercado de trabalho brasileiro caem 26% entre 1996 e 2003 e recuperam parte dessa perda

até 2009 quando os diferenciais voltam a níveis 10% menores que os de 1996. Olhando para o comportamento dos diferenciais de salários entre setores ao longo do tempo, as rendas caem na construção 10,1% a mais que os demais setores entre 1996 e 2003 e recuperam cerca de metade dessa perda salarial relativa entre 2003 e 2009, voltando à perda de 4,9%. O que evidencia que os rendimentos na construção são mais pró-cíclicos que os dos conjuntos de setores, caindo mais na recessão (crise de desemprego em vigor até 2003) e subindo mais na expansão (*boom* posterior à recessão de 2003).

A pró-ciclicidade da construção também é observada nos dados de ocupação. Olhando para o experimento controlado de uma pessoa em idade ativa com as mesmas características observáveis para trabalhar na construção, essa chance caiu 7,6% de 1996 a 2003, mas recupera essa perda até 2009, subindo 23,3%.

Esse mesmo exercício sugere um crescimento relativo da educação média das pessoas na construção, em particular, na faixa de oito a 12 anos completos de estudo, onde as chances relativas sobem 52% entre 1996 e 2009, em relação aos analfabetos funcionais, isto é, pessoas com até três anos completos de escolaridade. As chances de empregar alguém com 12 anos ou mais de estudo sobem 18% em relação aos

analfabetos funcionais. Em termos absolutos, a proporção de analfabetos funcionais na construção civil passa de 39,5%, em 1996, para 22%, em 2009.

Tradicionalmente, a construção emprega pessoas que começaram a trabalhar muito cedo. Em 1996, o percentual de indivíduos com até 14 anos de idade na construção civil era 71%, enquanto para os ocupados em geral esse percentual atingia 64,9%. Em 2009, observamos um número de trabalhadores precoces bem menor: 58,7% na construção contra 50,8% para os demais. Quando realizamos um experimento controlado para o período como um todo, observamos que a construção é um setor que emprega mais pessoas que iniciaram precocemente sua carreira trabalhista (chances 98% maiores que nos demais setores), mas que o trabalho precoce tem caído mais fortemente na construção (as chances caem 19% mais na construção).

Menos jovem

Em 1996, a construção já não era um setor de jovens — 34,2% dos seus trabalhadores tinham entre 15 e 29 anos, praticamente o mesmo índice, 34,6%, do total de ocupados. No mesmo ano, 28% dos ocupados na construção tinham entre 15 e 29 anos contra 31,1% no total de ocupados. Essa redução da participação de jovens na construção tem superado o mo-

vimento de queda observado no mercado de trabalho brasileiro. Experimentos controlados mostram que a proporção de jovens na construção vem caindo mais do que nos demais setores.

Apesar de a construção ter se alinhado com novas tendências trabalhistas aumentando a escolaridade dos seus trabalhadores, reduzindo a ocupação precoce e a informalidade, há aumento da escassez trabalhista *vis-à-vis* os demais setores. Prospectivamente, os desafios são grandes dadas a pró-ciclicidade da construção e a perspectiva de continuidade de aquecimento da economia.

É hoje lugar-comum associar o apagão de mão de obra da construção aos crônicos problemas de escolaridade da população brasileira. Nessa visão, a falta de força de trabalho no setor se deve à baixa escolarização do brasileiro. Argumentamos aqui justamente o contrário: os jovens brasileiros, na busca da redução de seu baixo nível educacional, têm optado por começar a trabalhar mais tarde e escolhido ocupações menos braçais e mais qualificadas que as oferecidas tradicionalmente no setor da construção. Para agravar o quadro, a construção é o segundo setor com menor participação na educação profissional, perdendo apenas para a agricultura. Na medida em que o setor não emprega mulheres — formam com os jovens os segmentos mais escolarizados da população brasileira —, a tendência é de



Apesar do aumento da escolaridade e dos salários e da redução da ocupação precoce e da informalidade, há maior escassez trabalhista na construção

acirramento do apagão de mão de obra, justamente porque os mais escolarizados não têm optado pelo trabalho na construção. Isso sugere aumentos salariais diferenciados para o setor, a necessidade de adequação de tecnologias empregadas ao novo contexto social e de novas visões para os velhos desafios da construção. ■

Marcelo Neri – Centro de Políticas Sociais e Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV
mcneri@fgv.br e www.fgv.br/cps